



Projetos sociais esportivos em São Paulo: etnografia de uma escolinha de futebol num bairro periférico paulistano¹

Enrico Spaggiari
Doutorando em Antropologia Social - USP
enricospaggiari@yahoo.com.br

Introdução

Preterido frente a outros setores no conjunto das ações governamentais, o fenômeno esportivo foi sim alvo de cuidado e intervenção do Estado, o que configurou, durante o século XX, numa parceria entre poder público e sistema esportivo (Stigger 2002: 86). Tal parceria vem ganhando novos contornos nas últimas duas décadas, mobilizando temas como direitos sociais e as ditas políticas neoliberais (Melo 2005). Segundo Hikiji (2006), houve a partir da década de 1990 um aumento na oferta de projetos educacionais – públicos, empresariais, ONG's ou iniciativas autogeridas – vinculados às atividades artísticas e esportivas, que declaravam ter como objetivo criar novas possibilidades frente a um mundo de violência e carência (afetiva, financeira, de chances, de lazer) ao qual os jovens estão expostos.

Como é possível perceber no trabalho de Deccache-Maia (2003), apresenta-se uma tendência, desde a década de 1960, para o uso do esporte enquanto direito social, o que viria a ser institucionalizado a partir da Constituição de 1988. Posteriormente, tanto na Lei Zico, de 1993, quanto na Lei Pelé, de 1998, o esporte como prática educativa estaria presente. Estas leis, porém, foram lidas e criticadas, na maioria das vezes, por regularem estritamente o universo *espetacularizado* da prática esportiva.² Isso poderia explicar, em parte, os poucos avanços na área das políticas sociais.

Na pesquisa que desenvolvi mestrado, tive como objetivo principal investigar o ensino e aprendizado da prática futebolística para crianças e jovens de alguns bairros de São Paulo. Realizei grande parte das observações na escolinha de futebol do CDM (Clubes Desportivo Municipal) Cidade Líder, na zona Leste paulistana, onde pude

¹ Este paper apresenta algumas das questões analisadas na dissertação de mestrado, *Tem que ter categoria: construção do saber futebolístico* (Spaggiari, 2009), que contou com bolsa FAPESP.

² Conforme propôs Damo (2002), as categorias *futebol amador* e *futebol profissional* precisam ser problematizadas e redimensionadas frente à variedade de práticas futebolísticas, devido à utilização exaustiva dos termos "amadorismo" e "profissionalismo" – polarização adotada no campo intelectual sem as mediações necessárias. Assim sendo, neste paper, opto por utilizar a classificação formulada por Arlei Damo (2007, 40), que divide as práticas futebolísticas em quatro matrizes: *espetacularizada*, *bricolada*, *comunitária* e *escolar*.



acompanhar as aulas, treinos e jogos relacionados à escolinha do CDM, como também as demais atividades praticadas naquele espaço, principalmente, as partidas de futebol de várzea aos finais de semana.

Para apreender os diferentes aspectos em torno do ensino do futebol, preferi, por meio de um acompanhamento das atividades (aulas, jogos, treinos), observar as relações construídas entre os diversos atores (crianças, jovens, jogadores de várzea, pais e mães, olheiros, empresários e outros). A presença freqüente dessa multiplicidade de atores no dia-a-dia do CDM Cidade Líder foi se tornando cada vez mais significativa, o que me fez atentar às redes de relações entre os diversos atores. A pesquisa tinha, portanto, um enfoque nas relações etnografadas, que conectavam uma pluralidade de pessoas, configurando redes de relações com os mais diversos atores sociais inseridos nesse universo interacional.

O CDM (Clube Desportivo Municipal) Cidade Líder

O CDM Cidade Líder é um dos Clubes Desportivos Municipais (CDMs) da cidade, unidades descentralizadas do Município de São Paulo, de administração indireta, geridas por duas ou mais entidades civis sem fins lucrativos, regularmente constituídas, com o objetivo primordial de desenvolver atividade desportiva em imóvel público, especialmente cedido a título precário para esse fim. A administração é exercida por uma sociedade civil, regularmente constituída e registrada, integrada por membros das entidades administradoras, que compõem a Diretoria Gestora, o Conselho Fiscal e o Conselho Gestor, cujos membros são eleitos pelos sócios dessas entidades participantes e da população do entorno das instalações físicas dos CDMs. A manutenção dos Clubes Desportivos Municipais é de responsabilidade dessa diretoria eleita.

Área pública gerenciada por um conselho local, o CDM Cidade Líder foi criado para oferecer atividades, equipamentos e estrutura esportiva; uma resposta, assim, à crescente diminuição de áreas públicas destinadas ao esporte e lazer. É permitida a entrada da população e o livre acesso às áreas comuns, sendo que o espaço não é cedido diretamente para uma liga ou um clube, mas sim para um conjunto de entidades que formam uma diretoria eleita de forma bienal. Em várias regiões da cidade, tal como ocorre na Cidade Líder, parte dos jogos e torneios de futebol de várzea, disputados majoritariamente aos finais de semana, ocorre nos campos de futebol dos CDMs.



Esta utilização foi a principal questão que permeou as sessões da CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) dos CDMs realizada em 2005: conceder às entidades esportivas locais, tidas pelo poder público como comunitárias, o poder de gerenciar e administrar financeiramente essas áreas públicas é a melhor forma de orientar essas políticas públicas de esporte? Ou a Prefeitura deveria requisitar as áreas de volta, o que pode ocorrer, legalmente, a qualquer momento? Trata-se, portanto, de questionar o potencial e resultados de trabalhar em conjunto com a comunidade, ou, num outro plano, de saber se a Prefeitura teria recursos e estrutura para administrar mais de duzentas áreas esportivas.³

O que pode ser observado, no caso da Cidade Líder, é que essa participação das entidades locais carrega uma historicidade vinculada ao CDM, construída, em certos casos, há pelo menos duas gerações. Para aperfeiçoar essa co-responsabilidade, faltaria não somente um maior envolvimento comunitário, assim como um apoio maior do poder público à manutenção dos CDMs, visto que a grande maioria dos mesmos está em áreas mais periféricas, o que dificulta um investimento somente unilateral local. Uma solução adotada foi recorrer à idéia das Subprefeituras coordenarem suas atividades, descentralizando a administração destes espaços esportivos, e aproximando os equipamentos esportivos de seus órgãos gerenciadores. Assim, desde a última gestão, as subprefeituras são as responsáveis pela manutenção dos CDMs, bem como dos Clubes da Cidade.⁴

Os CDMs não recebem, entretanto, somente elogios, mas também críticas a muitas de suas ações: uso de placas de publicidade num espaço público, restrição ao acesso de freqüentadores e utilização do espaço para a oferta de diferentes serviços comerciais: estacionamento, depósitos, aterros e outros serviços. O desenvolvimento de algumas atividades comerciais tem como objetivo custear os gastos com o funcionamento do clube, o que é garantido por lei, dependendo da atividade desenvolvida. É principalmente por meio das diversas formas de locação do espaço que se busca verba

³ A CPI dos CDMs levantou alguns fatores para os resultados da suposta má administração destes equipamentos esportivos: ausência do poder público, falta de capacitação e documentação, problemas de ocupação e segurança, suspeitas de limitações no acesso ao espaço, financiamento e parceiras pouco claros, critérios para a locação do espaço, invasões, abandono, uso exclusivo e indevido.

⁴ Há, ainda, os Clubes da Cidade, denominados assim justamente para aproximar os clubes da população, que a qualquer cidadão comum participar do clube. São quarenta e dois Clubes da Cidade administrados diretamente pela Prefeitura do Município de São Paulo. Estes clubes estão concentrados, em sua maioria, em bairros localizados em áreas mais centrais, dentro do centro expandido.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

para a manutenção do local.

Embora não tenha visto especificamente no CDM Cidade Líder, pude observar em outros CDMs o uso de placas de publicidade, em sua maioria de pequenos comerciantes locais – restaurantes, bares, serralherias, marcenarias, dentistas, postos de gasolina etc., que ajudam na receita de cada CDM. Não há, também, limitação do acesso da população ao CDM Cidade Líder, que fica aberto de domingo a domingo. Cobra-se uma taxa de R\$10,00 dos sócios, embora não seja limitada apenas a estes.

Mas há clamores: algumas mulheres do bairro queixaram-se do pouco acesso que têm ao CDM e de como se trata de um ambiente masculino, reservado apenas à prática futebolística; mencionam que poderiam usar o espaço para fazer alongamento, caminhadas, ginástica e outras atividades. Para Cristina, esposa de um frequentador do CDM, trata-se de um espaço totalmente masculino: “Não temos um vestiário só para as meninas. Elas têm que chegar já arrumadas”. Houve ainda algumas reclamações em relação ao acesso dos times de várzea ao campo, visto que algumas equipes ocupam horários cativos na agenda do fim de semana, sendo difícil, assim, que todos os times possam ter acesso ao campo.

Num outro sentido, ouvi de diretores e sócios do CDM Cidade Líder queixas em relação à política formulada pela prefeitura: “Às vezes ocorre de concentrar toda a verba em ou dois CDMs da região. Tem muita história sobre isso”, comentou um sócio; “Pode ocorrer de o subprefeito ser de um partido, e o presidente do CDM pode ter relações com outro. E aí o CDM não recebe nada e fica quatro anos na merda”, alertou outro sócio; “Sei lá, falta tanta coisa... mas segurança é um problema aqui no CDM. Precisa de mais apoio da polícia, da Guarda Civil Municipal”, sugeriu o diretor de um dos clubes que jogam no CDM.

Tais disputas políticas estão no dia-a-dia do CDM, misturadas com as discussões futebolísticas. As melhorias nos equipamentos esportivos, por exemplo, só acontecem, segundo um sócio, nos anos de eleição de vereadores. O que foi possível perceber após a leitura das notas taquigráficas, atualizadas entre 17/2/05 até 4/11/2005, da CPI dos CDMs, é que os vereadores membros da comissão da CPI defendiam os CDMs de suas zonas eleitorais. Como lembrou Jaílson, coordenador do CDM Cidade Líder:

A Prefeitura não arranja nada para a gente. Não tem verba para manutenção, torneios, campeonatos e melhorias. Se não fossem os próprios clubes, isso



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

aqui estaria abandonado. Para você ter uma idéia, a gente é que tem que correr atrás de troféus, medalhas. Quem tem nos ajudado muito é a vereadora Miriam Athie, comprando troféu, bola e outras coisas para os campeonatos.

O Programa Mais Esporte no Segundo Tempo

Criado pela Secretaria Municipal de Esportes de São Paulo e conveniado ao projeto Segundo Tempo do Ministério do Esporte, o Programa Mais Esporte é desenvolvido em áreas mais periféricas da cidade, com a atuação de ex-atletas de diferentes modalidades como difusores. O objetivo do programa é oferecer às crianças e jovens, na faixa etária de 7 a 17 anos, matriculados na rede de ensino da cidade de São Paulo, um conjunto de atividades esportivas e recreativas em horário complementar ao de suas aulas normais, por meio das escolinhas de futebol organizadas nos CDMs, Clubes da Cidade, parques municipais e outros equipamentos esportivos, localizados principalmente em bairros periféricos de São Paulo.

De modo geral, nas diferentes formas de divulgação do programa, as atividades esportivas são concebidas pelos formuladores do projeto como práticas “direcionadas para o fortalecimento dos valores sociais da criança: convivência, auto-estima, liderança, disciplina e solidariedade e pela paz, contra a violência, pelo respeito e a tolerância e contra as drogas”, conforme é assinalado no *site* do programa. Há, assim, uma preocupação em atender crianças e adolescentes das periferias paulistanas, locais tidos como espaços com poucas opções de lazer e esporte.⁵

Um dos pontos chaves do programa, segundo seus formuladores, é a parceria com ex-atletas de renome, que funcionam como seus *difusores*, cuja função seria “lidar com crianças carentes”. Além da imagem destes atletas, aposta-se nos contatos e vínculos destes atletas com clubes, equipes, empresários e outros agentes. Composta por mais de 65 ex-atletas de diversas modalidades e ex-jogadores de futebol, a equipe futebolística conta com ex-jogadores famosos – entre eles Coutinho, Badeco, Geraldão, Dorval, Mengálvio, Basílio, Felix, Leivinha, Ataliba e Edu Bala e Felix –, vários com passagem pela Seleção Brasileira e alguns com presença em Copas do Mundo de Futebol; há também outros pouco famosos, principalmente para as gerações mais novas. Faz-se uso,

⁵ Faz parte do planejamento do programa a distribuição de merendas após cada treino, compostas de biscoitos e achocolatado, como complemento à alimentação recebida em casa e na escola. Além disso, a Prefeitura fornece os meios de transporte para as partidas dos campeonatos e para os passeios educativos.



portanto, de agentes vinculados à história do esporte e do futebol como referências positivas para as crianças e jovens.

Estas lideranças esportivas são usadas para reforçar a opção pelo esporte. Passa-se a idéia de que vários destes ex-jogadores também foram crianças carentes que tiveram oportunidades para seguir caminhos distantes do mundo do crime, da rua e da violência. Silva, por exemplo, ex-jogador de futebol e atualmente professor da escolinha do CDM Cidade Líder, gostava de levar fotos antigas dos tempos de jogador para mostrar aos alunos, que demonstravam curiosidade e respeito, naqueles momentos, pela sua trajetória. Ele se disse acostumado à violência do bairro, já que sempre morou em Itaquera. Não teve que conquistar a confiança da população local ou superar a desconfiança dos pais e mães, dificuldades vivenciadas por outros difusores em vários bairros periféricos da cidade, segundo o próprio.

Muitos garotos enalteciam a experiência do professor: “O Silva jogou no Palmeiras. O cara tem que ter o dom para chegar aonde chegou”, afirmou Leandro (91). Era esse dom que os formuladores do Mais Esporte – um exemplo de projeto social construído sobre a experiência futebolística de ex-jogadores profissionais, empregando-os como difusores esportivos – procuravam enfatizar ao destacarem a presença de ex-jogadores como difusores esportivos do projeto. A ênfase nos difusores presumia que a trajetória de sucesso como jogador de futebol e prestígio dos ex-jogadores seriam um diferencial no trabalho com os jovens. Tem-se, assim, uma nova etapa na curta carreira do jogador.

Trata-se de uma aposta numa possível *retribuição do dom* (Guedes, 2007) por meio dos difusores. Após se aposentar dos gramados, antes mesmo dos 40 anos, a trajetória futebolística é prolongada, atuando a partir de então no plano pedagógico, uma forma de *retribuição do dom*: o que esse ex-jogador recebeu e que lhe permitiu vivenciar o universo espetacularizado teria de continuar a ser retribuído à sociedade, numa lógica próxima ao princípio da reciprocidade, analisado por Malinowski e Mauss.⁶ Assim, a

⁶ Retribuição na forma de dom que não se encontra somente no período pós-carreira, como bem apontou Toledo (2010), para quem “o atleta já vem retribuindo o dom ou frações de dom quando joga (...) dentro de campo na forma de gols e títulos aos torcedores e cifras (mercadoria) para os dirigentes, agentes, empresários dentro do regime profissional”. Haveria assim, segundo Toledo, a projeção do dom futebolístico na forma de ‘frações de dom’ ao longo da trajetória do jogador de futebol; no caso dos difusores esportivos aqui observados, por exemplo, pode-se pensar “uma espécie de transformação do ‘dom jogar’ para o ‘dom ensinar’” (Toledo, 2010).



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

questão da reciprocidade do dom fundamenta a existência de inúmeras escolinhas de futebol no Brasil, entidades hoje basilares dentro do campo esportivo.

Portanto, o programa Mais Esporte pauta-se por certos princípios: voltar-se para uma população jovem pobre, carente de espaços de sociabilidade e de lazer, em contato com a violência cidadina, que ocupa seu tempo na rua e está suscetível ao tempo perigoso do ócio. Com tais justificativas, projetos sociais, como o Mais Esporte e o Segundo Tempo procuram ocupar a rotina dos jovens pobres com atividades esportivas, para suprir, assim, a insuficiência de políticas sociais voltadas a este público especificamente. Neste discurso, a escolinha se apresenta como uma alternativa ao mundo do crime e da violência.

Isso é reafirmado por Silva, quando aponta que seu trabalho de difusor é “uma forma de combater à violência”, isto é, tem como objetivo afastar os menores da rua e da criminalidade. Assim, parte do discurso dos formuladores do Mais Esporte era reforçado nas conversas com Silva: “esporte como caminho para a cidadania”, “esporte como uma ferramenta de inclusão social da molecada”, “trazer o esporte para a periferia”, “esporte para crianças carentes”. Discurso esse também reforçado por Flávio Minuano, difusor e ex-jogador de futebol, hoje professor da escolinha de futebol do CDM Ermelino Matarazzo: “Minha função é ensinar crianças carentes”, comentou num dia de disputa do Campeonato Mais Esporte 2007. Opinião compartilhada por um pai, que acompanhava a conversa: “O Mais Esporte é mais uma chance para a molecada. Não só para tentar seguir carreira. Serve também para ocupar o tempo desses jovens. E de uma forma construtiva”.

Partindo desta preocupação com a inclusão social das crianças e jovens de diferentes bairros de São Paulo, aponta-se, nos mesmos meios de divulgação, que a preocupação principal não é formar atletas e jogadores nas diferentes modalidades, mas sim estimular a prática esportiva. Prioriza-se, assim, o desenvolvimento das habilidades motoras e sócio-educacionais dos alunos por meio de uma postura pedagógica de aplicação do esporte educacional, que evita supervalorizar a competitividade. O programa pode até levar à formação de futuros atletas e jogadores, embora esse não seja o objetivo principal.

Ao trabalhar o esporte como uma ferramenta de educação integrada, sem a finalidade de transformar as crianças em futuros atletas, permite-se que ocorra a



formação de uma rede de agenciamentos paralela à execução das atividades do programa, o que pode ser verificado nas observações no CDM Cidade Líder. Assim, afirmar que os atletas podem surgir como consequência do processo é uma forma de não se responsabilizar por esta etapa do planejamento; ou seja, incentiva-se a prática futebolística entre as crianças e jovens, mas pouco se auxilia na inserção ou continuidade dos garotos na carreira esportiva.⁷

A pesquisa no CDM Cidade Líder permitiu perceber que a possibilidade de direcionamento para categorias de base de clubes ocorre, em grande parte, à margem da atuação do Mais Esporte no Segundo Tempo. Tal como acontece em outros projetos sociais vinculados ao SEME, os formuladores do Mais Esporte mencionam, rápida e genericamente, a questão do desenvolvimento do atleta olímpico ou do jogador de futebol, porém não esmiúçam propostas para desenvolver esses talentos.

Pensando nos aspectos de competição e formação de atletas, a SEME desenvolve um trabalho específico no Centro Olímpico de Treinamento e Pesquisa (COTP), diferente assim do trabalho desenvolvido em outras unidades da Prefeitura, tais como Clubes da Cidade e Clubes Desportivos Municipais (CDMs).

Deste modo, a aposta na possibilidade do ex-atleta *difusor* funcionar como um agenciador dos garotos na busca pelo ingresso nas categorias de base de algum clube termina por ser a principal política de direcionamento das crianças e jovens com potencial para prosseguirem na carreira de jogadores. A falta de um planejamento mais sistematizado permite o trânsito de inúmeros atores – como olheiros, empresários e outros agentes vinculados ao universo futebolístico – pelos campos de futebol e praças esportivas distribuídas pelos bairros periféricos da cidade de São Paulo. Um aspecto desta falta de planejamento é o acompanhamento apenas parcial das atividades cotidianas realizadas no CDM Cidade Líder. A presença institucional dos órgãos públicos responsáveis, assim como das entidades formuladoras do projeto Mais Esporte, só era percebida, com raras exceções, na realização de campeonatos municipais e regionais. Há, portanto, uma ênfase na realização de campeonatos e torneios de alcance

⁷ Alba Zaluar (1994) aponta a dissociação entre o trabalho e a cidadania encontrada nos projetos sociais destinados às crianças e adolescentes em várias cidades brasileiras nos anos 1980. Para a autora, não é possível “discutir, hoje, o trabalho desvinculado da cidadania, pois os trabalhadores participam dos sistemas culturais e políticos da sociedade e estes interferem no mercado de trabalho” (1994: 202). Deste modo, Zaluar critica os programas sociais por pouco trabalharem com a aspiração dos jovens de competir esportivamente ou de se profissionalizar.



municipal, que ocorre, porém, de forma desmedida quando comparada à atenção dada ao trabalho realizado diariamente.

Algumas notas sobre as políticas sociais de esporte

A partir da proposta do Programa Mais Esporte e do trabalho realizado no CDM Cidade Líder, foi possível problematizar alguns dos desígnios utilizados por formuladores das políticas públicas para justificar sua importância. Vários dos aspectos que apareciam vinculados aos objetivos do programa Mais Esporte no Segundo Tempo já foram observados por Zaluar (1994), em sua pesquisa sobre projetos de prática esportiva para jovens nos anos 80, que apontou a tendência de se classificar a prática esportiva num sentido utilitário, quando associada às classes populares, e num sentido ocioso e desinteressado, quando associada às classes abastadas (1994: 59). Assim, ao avaliar os resultados da política social daquela década destinada à criança e adolescente pobre, a autora refletiu sobre as propostas destes projetos de complementar o período escolar e preparar a juventude pobre para o trabalho.⁸

É possível assinalar que, ainda hoje, os problemas que justificaram as políticas sociais, bem como as soluções adotadas para resolvê-los, continuam em vigor. Em busca dos diversos significados do aprendizado e da prática musical entre crianças e jovens de baixa renda em São Paulo e internos da antiga Febem participantes do Projeto Guri, Hikiji (2006) investigou os aspectos pedagógicos, estéticos, políticos e performáticos de algumas propostas de intervenção social por meio da prática musical, para além de estigmas e estereótipos⁹ – como violência, criminalidade, pobreza – constantemente vinculados a esta juventude.

Na Cidade Líder, foi possível observar, nas falas dos atores pesquisados, principalmente dos coordenadores e pais dos sujeitos beneficiados, uma ênfase que envolve frequentemente os conceitos de “tempo” e “rua” para justificar a prática do esporte, em sentidos positivos e negativos, assim como a função ocupacional do esporte.

Vários atores ao se referirem à escolinha de futebol enfatizavam a dimensão

⁸ Muitos deles amparados nos índices de criminalidade e violência, crescentes na década de 80, assim como nos dados da crise econômica brasileira.

⁹ Muitas destas classificações, sentidos e identidades atribuídas à juventude de baixa renda ou ao fazer musical não correspondem às imagens que as crianças e jovens participantes do projeto constroem. Os significados atribuídos pelos jovens ao fazer musical variavam, “ora um quebra-galho, um passatempo, ora ‘tudo’ na vida de alguém” (Hikiji 2006: 65).



temporal da prática: “é bom para matar o tempo”; “ocupa o tempo deles”. Ao fazer referência a este tempo não-escolar, o pai do Nathan (97) reiterou o dito popular: “*Cabeça parada, oficina do diabo*”. Assim, repete-se entre vários atores o discurso que fundamenta em boa parte as políticas sociais. Este tempo seria ocioso pela não ocupação do período vivido fora da escola. Deste modo, enquanto nos estudos sobre lazer, o tempo ocioso e livre é investigado em oposição ao universo do trabalho, aqui se coloca em oposição ao tempo escolar. Existiria, portanto, um tempo não-escolar perigoso, estimulador de violência e da desordem, o que exigiria como solução a ocupação do mesmo por meio da prática futebolística.

Esse tempo perigoso seria vivido num espaço igualmente perigoso: a rua. Essa é a concepção pela qual os formuladores do programa Mais Esporte justificam o investimento no projeto: tirá-los da rua por meio da prática futebolística. A elaboração do projeto social aqui estudado evidencia uma concepção da prática esportiva como ação ocupacional; uma solução que serve para “matar o tempo” e, também, atribuir sentido à vida das crianças e jovens das áreas mais periféricas da cidade de São Paulo. Tal enfoque é expresso na já citada categoria *situação de risco*,¹⁰ utilizada para adjetivar crianças e jovens em projetos sociais que pensam o esporte como meio de intervenção em áreas com concentração de jovens de baixa renda.

Nos recortes aqui pesquisados, todavia, poucos pais e moradores adultos do bairro definiam o público-alvo desses projetos como “crianças carentes”. Apesar de concordarem que o futebol promovia cidadania, socialização e ampliação do universo cultural do público-alvo, eles não aceitavam a proposta de que a escolinha visava “tirar as crianças das ruas”. Seus filhos não eram crianças de rua ou carentes.

Na leitura de DaMatta (1991), a rua seria, de um modo geral, o espaço do que é público, impessoal, desconhecido, perigoso e violento; não conhecemos as regras da rua. Ocuparia, assim, uma posição antagônica à casa, lugar da harmonia, da tranqüilidade, da segurança e onde as regras estão bem definidas e conhecidas. DaMatta, porém, mostra como casa e rua não são espaços de significação rígidos, como também pude observar nas conversas em campo. Se a rua é um espaço pouco valorizado, por outro, ficar em casa, para algumas crianças e jovens da escolinha, não é uma opção agradável. Em casa, apesar do tempo em frente à televisão, o dia é

¹⁰ Para uma análise da construção dessa categoria, conferir capítulo 2 de Hikiji (2006: 71-99).



composto também por tarefas domésticas – arrumar a casa, lavar a louça, limpar o quintal, cuidar dos irmãos – para ajudar a mãe. Por isso, muitos garotos afirmaram tentar ficar o menor tempo possível em casa, arranjando trabalho de meio período, ou mesmo jogando bola o dia inteiro.

Entretanto, o tempo fora de casa não é necessariamente o tempo na rua. As terças e quintas-feiras, crianças da CCA (Casa da Criança e do Adolescente) participavam dos treinos comandados por Silva no CDM. A CCA é uma creche católica gratuita organizada por uma das igrejas do bairro, bem próxima ao CDM, que cuida nos horários não-escolares de crianças e adolescentes cujos pais trabalham o dia inteiro. Com poucos funcionários, a CCA recebe também ajuda de voluntários. Dona Cida é funcionária e há três anos trabalha ali. Recebe menos que um salário mínimo, mas diz que está bom, pois cuida das crianças “mais para ajudar”. Aposentada, já não precisaria trabalhar com a criançada. “Mas, sabe como é, *cabeça parada, oficina do diabo*; não consigo ficar parada, e com meus filhos já tudo grande, preciso fazer alguma coisa”, observa, ao refletir sobre o seu tempo ocioso após a aposentadoria.

“Não sei como, mas tem que tirar estas crianças da rua. No meu tempo, já não era coisa boa. Hoje então nem se fala: a molecada aprende muita coisa ruim” afirma Rosana, mãe de dois alunos. Mas tendo em vista que o pai das crianças há muito saiu de casa, Rosana ressalta a dificuldade de manter seus filhos em casa o tempo todo, principalmente no período diurno. Se no período vespertino a escola ocupa o tempo dos seus filhos, o período matutino revela-se um problema.

Crianças e jovens relataram que não têm muita opção, pois as mães não as deixam sair de casa ou do prédio da COHAB para brincar. Afirmaram, ainda, que se pudessem escolher, optariam por ficar na rua ou mesmo na escola, pois ambas seriam alternativas melhores que a esfera doméstica, local onde, segundo algumas destas crianças, tinham que ficar ajudando nos serviços domésticos, limpando a casa, preparando as refeições e cuidando dos irmãos mais novos. Assim, a experiência de estar em casa associa-se aos deveres da escola ou às tarefas domésticas. Além disso, nem sempre o espaço da casa é da proteção, como pode ser visto no depoimento de Marcelo (94), que fugiu de casa diversas vezes no Maranhão. Preferia ficar a maior parte do tempo na rua, por causa das brigas em casa com a madrasta. Hoje, morando na Cidade Líder com sua bisavó, Marcelo afirma gostar de ficar em casa: “fico vendo televisão na sala, com lanche...”.



Passa, porém, boa parte de seu tempo na rua, jogando bola ou distribuindo folhetos comerciais pelo bairro para ganhar um dinheiro.

A rua, nesse sentido, é um espaço de significação e de sociabilidade juvenil nas áreas periféricas. Foi o que observei na prática do futebol de rua, principalmente aos sábados. Num destes, a “pista”, termo utilizado por aqueles oito garotos que ali jogavam para se referir às ruas do bairro e da cidade, estava “ocupada” por vários “adversários”: os oponentes no jogo; os carros, adversários no uso da rua; os vizinhos, contrários ao barulho que vem da rua; as mães, inimigas do tempo gasto na rua. Gabriel (98), sentado na calçada, assiste sério ao movimento da disputa: quatro contra quatro, com tijolos compondo as traves dos gols, e uma velha bola de futsal. Lamenta não poder brincar na rua, chance que afirma ser permitida a poucos. “Podia ser pior, eu pelo menos posso sair na rua. Minha irmã não tem nem a chance, pois minha mãe não deixa” comenta Gabriel.

Revela-se, assim, um perfil multifacetado da experiência da juventude nas periferias paulistas, no que se refere aos seus modos de apropriação do espaço urbano e ampliação das redes de sociabilidade. Alargamento que atravessa os domínios da casa e da rua, em aproximações e distanciamentos entre os dois planos, ambos ao mesmo tempo valorizados e não-valorizados.

A circulação pela cidade ainda não faz parte do cotidiano de muitos jovens. Conhecem os bairros vizinhos (Cidade Tiradentes, Guaianases, São Miguel etc.), porém andaram pouco pelos *centros* de São Paulo. Tanto que quando eu ouvia o termo “centro”, era em referência ao centro comercial de Itaquera.¹¹ Diversas vezes reclamaram da repressão policial nas suas andanças por outras partes da cidade, maltratados como se fossem delinquentes e perigosos: “Já vi espancaram um cara com uma toalha molhada”, reclamou um aluno da escolinha. Ao mesmo tempo, alguns jovens que se queixaram da repressão policial, narravam orgulhosos suas circulações transgressoras pela cidade enquanto torcedores filiados a certas Torcidas Organizadas dos clubes de futebol. Ter sido parado ou apreendido por policiais também era considerada uma prova de masculinidade.

Adriano, frequentador do CDM e jogador de várzea, criticou a ação policial, porém

¹¹ Circulação limitada também para algumas crianças e jovens mais favorecidos economicamente, contidos em condomínios residenciais (Caldeira 2000), embora estes tenham maior acesso aos equipamentos culturais e de lazer.



reclamou das atitudes dos próprios jovens: “Se o cara é negro e pobre, ele está lascado. Ainda por cima vêm esses moleques e ficam descolorindo o cabelo... assim chama a atenção dos policiais”. Ainda segundo Adriano, falta aos jovens essa aprendizagem de viver e andar na cidade, bem como enfrentar os desafios que a cidade coloca: no deslocamento pela cidade, as crianças e jovens interagem com outras pessoas. Eram freqüentes as perguntas em relação à USP, quando eu dizia os objetivos da pesquisa: “onde fica a USP”, “quanto tempo demora para chegar” e “tem que pagar alguma coisa para entrar”. Muito circunscritos ao seu local de moradia, a circulação na cidade, para alguns deles, ocorre por meio da escolinha do CDM, quando há jogos contra equipes de outros bairros, ou na realização de testes e peneiras em diferentes partes da cidade.

Alba Zaluar (1994) observa que a participação em círculos cada vez mais amplos de pessoas dilata o horizonte social das crianças e jovens e intensifica as redes de sociabilidade que as integram à cidade. Supera-se, assim, uma excessiva identificação com um só local ou uma só categoria de pessoas. Assim, podemos perceber como os treinos e partidas ampliam o horizonte do CDM Cidade Líder para o bairro e deste para outros planos. Os deslocamentos para as partidas permitem o contato com diferentes espaços e públicos, além do encontro entre jovens praticantes de futebol e demais atores; pessoas com experiências de vida distintas, evidenciando aos jovens referências, trilhas, alternativas e possibilidades.

Ampliação de horizontes que pode ser entendida, segundo Agier (1999), por meio do conceito de *sociabilidades alargadas*, domínio das redes de relações formadas a partir das situações de interação no nível microsocial e que podem se ampliar e alargar em redes que alcançam as macroestruturas sociais. Os torneios de futebol seriam, segundo Agier, espaços privilegiados para a observação de redes, onde as distinções entre as equipes, mais do que por categorias, seriam relacionais, com cada equipe reunindo por volta de vinte participantes, a partir de um núcleo inicial de três ou quatro pessoas. Equipes formadas por amigos que foram colegas de escola, outras a partir de núcleos familiares ampliados na vizinhança imediata e aquelas por solidariedades especializadas por categorias profissionais ou função.

Assim, o CDM proporciona um espaço para práticas sistemáticas e cotidianas de convívio, onde são desenvolvidas uma pluralidade de usos coletivos para além das partidas de futebol: festas, reuniões de associações, recepção de políticos que visitam o



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

bairro, bailes *funk* aos sábados etc. Contudo, não há dúvida de que o futebol é o principal meio pelo qual se dá o fortalecimento dos laços de solidariedade entre os seus freqüentadores. É o que defendem os sócios, que utilizam o campo nas manhãs de sexta-feira e de domingo para as disputas de partidas de futebol entre eles e, eventualmente, contra outras equipes. Para muitos deles, o CDM é um importante espaço, nas palavras de Adriano, de “convivência comunitária”, que supera, inclusive, as diferenças socioeconômicas entre os diversos usuários.

Existem, portanto, diversas redes de relações que permitem a ampliação das atividades do CDM para além do futebol, discurso que é reforçado quando o assunto é a escolinha, pois o saber futebolístico pode ser compreendido enquanto um fenômeno que liga as pessoas em redes de solidariedade e reciprocidade, que podem ultrapassar os vínculos fechados à esfera doméstica, e assim, de forma mais flexível, incorporar e envolver estranhos. A criação destes amplos circuitos para além das fronteiras locais ocorre por meio da participação em competições, amistosos, visitas educacionais, contato com a mídia etc. Assim, a construção das redes de relações centradas no esporte possibilita a ampliação dessas para o bairro e a cidade.

Considerações finais

A pesquisa trouxe, por meio de diversas falas, reproduções de um discurso presente no senso comum, e nas propostas dos projetos sociais, que compreende o esporte enquanto um espaço para liberação de pulsões juvenis; para o incentivo ao espírito de equipe; para inclusão social; ou seja, enquanto um instrumento de socialização a ser manejado a partir de concepções ocupacionais e utilitárias.

Entretanto, ao longo deste paper, pudemos conhecer alguns dos diversos atores que participam desta ampliação de horizontes proporcionada pelo ensino da prática futebolística na escolinha de futebol do CDM Cidade Líder. Um universo relacional marcado pelo encontro de gerações, por diferentes trajetórias de vida, disputas políticas etc. Nesta escolinha, bancada pelo poder público e gerida pelas associações esportivas locais, foi possível perceber, a partir da observação cotidiana das atividades, que as temporalidades e situações vividas pelas crianças e jovens recebem diversos sentidos para além da perspectiva utilitarista.



Deste modo, foi possível levantar novas questões e apreender os múltiplos significados e sentidos atribuídos ao futebol e às crianças e jovens praticantes: tanto como prática de lazer voltada para o público infanto-juvenil, ou como investimento na produção do jogador visando à carreira profissional, ou mesmo como prática de cunho social para jovens em projetos desenvolvidos pelo poder público, por setores privados e grupos e associações ligados à comunidade local. O que não implica num antagonismo entre estes e outros sentidos atribuídos, pois esta modalidade abrange uma grande diversidade de significados. Como bem aponta um conjunto recente de pesquisas, é possível observar uma pluralidade de sistemas de ensino, pautados por preocupações e objetivos dos mais diversos. Constatação que só confirma a importância destas modalidades de ensino e aprendizagem, pois a proliferação de escolinhas de futebol - aliada à valorização das demandas do universo espetacularizado e à nova ordem de formação de jogadores - trouxe novas formas de se pensar o futebol brasileiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGIER, Michel. *L'invention de la ville*. Paris: Ed. des Archives Contemporaines. 1999.
- CALDEIRA, Teresa P. do Rio. *Cidade de Muros: Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo*. São Paulo: Editora 34/Edusp. 2000.
- DAMATTA, Roberto. *A Casa e a Rua*. Rio de Janeiro, Guanabara. 1991.
- DAMO, Arlei S. O uso dos termos amadorismo e profissionalismo como categorias sociológicas na literatura acadêmica sobre o esporte. In: *XXVI Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – ANPOCS*, Caxambu. 26º ANPOCS 2002, 2002.
- _____. *Do dom à profissão: a formação de futebolistas no Brasil e na França*. São Paulo: Hucitec/Anpocs, 2007. 359 p.
- DECACCHE-MAIA, Eline. *Esporte e políticas públicas na virada do milênio: o caso de Niterói*. Tese de Doutorado, PPGAS do Museu Nacional-UFRJ - Rio de Janeiro. 2003.
- FRÚGOLI JR., Heitor. “Os shoppings de São Paulo e a trama do urbano: um olhar antropológico”. In: PINTAUDI, S; FRÚGOLI JR., H. (orgs.), *Shopping centers: espaço, cultura e modernidade nas cidades brasileiras*. São Paulo: UNESP. pp. 75-92. 1992.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

GUEDES, Simoni L. “As formas de retribuição do dom em perspectiva comparada”. In: 31o. Encontro Anual da ANPOCS, 2007, Caxambu - MG. 31º. Encontro Anual da Anpocs. São Paulo: Anpocs, 2007. p. 258-259.

HIKIJ, Rose. S. G. *A música e o risco: etnografia da performance de crianças e jovens*. São Paulo: EDUSP/FAPESP. 2006.

MAGNANI, José G. C. “Quando o campo é a cidade: fazendo antropologia na metrópole”. In: MAGNANI, José G. C.; TORRES, LÍlian de L. (orgs.), *Na metrópole: textos de antropologia urbana*. São Paulo: Edusp/Fapesp. pp.12-53. 1996.

MELO, Marcelo de Paula de. *Esporte e juventude pobre: a Vila Olímpica da Maré e as políticas de lazer*. Campinas: Autores Associados. 2005.

SPAGGIARI, E. *Tem que ter categoria: construção do saber futebolístico*. 265 f. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social – FFLCH, USP, São Paulo, 2009.

STIGGER, Marco P. *Esporte, lazer e estilos de vida: um estudo etnográfico*. Campinas: Autores Associados/CBCE. 2002.

TOLEDO, Luiz H. de. Entrevista ao Site Ludopédio. São Paulo, 2010. (www.ludopedio.com.br)

ZALUAR, Alba. *Cidadãos Não Vão ao Paraíso*. Campinas: Editora da Unicamp. 1994.